



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2019

PREÂMBULO

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA, por meio de seu Pregoeiro, designado pela [Portaria n.º 71, de 4 de abril de 2019](#), torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de serviço de transporte rodoviário de materiais entre as Unidades da Justiça Eleitoral da Bahia.

Esta licitação, autorizada no Processo Administrativo Digital (PAD) nº 3602/2019, será regida pela Lei nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos nºs 3.555/2000, 5.450/2005 e 8.538/2015, pela Instrução Normativa/MPOG nº 03/2018 e pelas condições constantes neste Edital, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993.

SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

Dia: 11.11.2019

Hora: 13h30 (horário de Brasília/DF)

Pregoeiro: Arthur Ribeiro Rocha

Endereço Eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br. (Comprasnet-SIASG)

Código UASG: 70013

ADJUDICAÇÃO: Global.

OBSERVAÇÃO: Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data previamente fixada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de prévia comunicação pelo Pregoeiro.

NOTA IMPORTANTE. Os licitantes deverão prestar especial atenção às disposições constantes da **Seção XVI**, deste Edital, que tratam das penalidades a serem aplicadas aos licitantes que cometerem atos ilícitos na Licitação ou durante a execução do Contrato. Conforme Acórdão 754/2015, do Tribunal de Contas da União, o gestor público poderá ser responsabilizado, penal e administrativamente, pela omissão na aplicação de sanções aos licitantes que pratiquem atos ilícitos na licitação ou na execução do contrato, tais como não manter a proposta, não encaminhar documento de habilitação ou encaminhar documentação falsa etc.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Despesa e recursos orçamentários

A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$ 2.225.576,89 (dois milhões duzentos e vinte e cinco mil quinhentos e setenta e seis reais e oitenta e nove centavos), conforme orçamento estimativo e valor(es) máximo(s) admitido(s) para contratação, constantes do Anexo II deste Edital.

A despesa correrá à conta de recursos consignados ao TRE-BA no Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho: 02.122.0570.20GP.0029 - “Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral - no Estado da Bahia”, Natureza da Despesa: 3.33.90.39.74 - Fretes e Transportes de Encomendas.

Anexos

I – Termo de Referência

A – Relação das Zonas Eleitorais do TRE-BA, com Distância da Sede e Faixa de Distância.

II - Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação

III – Proposta-Padrão

IV – Minuta do Contrato

SECÃO I – DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de serviço de transporte rodoviário de materiais entre as Unidades da Justiça Eleitoral da Bahia, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

1.2. Havendo divergência entre as descrições do CATSER/CATMAT e as constantes neste Edital (Anexo I), prevalecerão as últimas.

SECÃO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. A sessão deste pregão será pública e realizada em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

2.2. Poderão participar deste pregão eletrônico as **licitantes** que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico Comprasnet-SIASG.

2.3. A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.

2.4. Como requisito para participação no pregão eletrônico, a **licitante** deverá manifestar, em campo próprio do Sistema, o pleno conhecimento e o atendimento às exigências de habilitação do presente Edital.

2.5. Para as Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), aplicam-se a Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto nº 8.538/2015.

2.6. As microempresas ou empresas de pequeno porte que desejarem fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverão declarar, em campo próprio do Sistema, que atendem aos requisitos do art. 3º da referida Lei.

2.7. A declaração falsa relativa à proposta de preços e ao cumprimento dos requisitos de habilitação e do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação.

2.8. Não poderão participar desta licitação:

- a) empresário e sociedade empresária ou simples suspensos de participar de licitação e impedidos de contratar com o TRE-BA, durante o prazo da sanção aplicada;
- b) empresário e sociedade empresária ou simples declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- c) empresário e sociedade empresária ou simples impedidos de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
- d) empresário e sociedade empresária ou simples proibidos de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;
- e) empresário e sociedade empresária ou simples proibidos de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- f) quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
 - f.1)** Considera-se “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de sociedade empresária ou simples em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- g) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- h) empresário e sociedade empresária ou simples cuja inscrição, contrato social ou estatuto indique objeto que não seja pertinente e compatível com o objeto deste **Pregão**;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- i) empresário e sociedade empresária ou simples que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou falência;
 - j) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
 - k) consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 2.9.** Os documentos apresentados nesta licitação deverão:
- a) estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;
 - b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor.

SECÃO III – DO CREDENCIAMENTO

3.1. A **licitante** deverá credenciar-se no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br (Comprasnet-SIASG), observado o seguinte:

- a) o credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- b) a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso;
- c) o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da **licitante**, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3. A **licitante** responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

SECÃO IV – DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

4.1. A **licitante** deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

4.2. A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor total para a prestação dos serviços, considerando os 24 meses da vigência contratual, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

4.2.1. A proposta deverá conter a discriminação do objeto, com as especificações descritas no **Anexo I** deste Edital.

4.3. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

4.5. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

4.6. Até a abertura da sessão, a **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

4.7. As propostas terão **validade de 60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

4.8. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, a licitante fica liberada dos compromissos assumidos.

4.9. A celebração do contrato após vencido o prazo estabelecido na **condição 4.7** importa em prorrogação da validade da proposta.

4.10. Não será aceita oferta de objeto com especificações diferentes das indicadas no Anexo I do Edital.

SEÇÃO V – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, o **Pregoeiro** abrirá a sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br (Comprasnet-SIASG).

5.2. A comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3. As propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

5.4. A **licitante** deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SEÇÃO VI – DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS

- 6.1.** Após a abertura da sessão, o **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, registrando no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.** Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.
- 6.3.** Qualquer elemento que possa identificar a **licitante**, importará a desclassificação da proposta.

SEÇÃO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1.** Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 7.2.** Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:
- a)** as **licitantes** poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital;
 - b)** a **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema;
 - c)** lances iguais serão ordenados por ordem cronológica de registro no sistema, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiramente.
- 7.3.** Durante a sessão pública deste pregão, as **licitantes** serão informadas em tempo real do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.
- 7.4.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 7.5.** Nesta fase, o **Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, lance de valor considerado inexequível. Caso o **licitante** não concorde com a exclusão do lance, poderá encaminhá-lo novamente.
- 7.6.** O **Pregoeiro** poderá fixar o valor mínimo admitido como variação entre os lances.
- 7.7.** No caso de desconexão com o **Pregoeiro**, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às **licitantes** para a recepção dos lances, retornando o **Pregoeiro**, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.8.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão deste pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br (Comprasnet-SIASG),
- 7.9.** O encerramento da etapa de lances será decidido pelo **Pregoeiro**, que informará, com antecedência de 1 a 60 minutos, o prazo para início do tempo de iminência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

7.10. Decorrido o prazo fixado pelo **Pregoeiro**, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances.

SUBSEÇÃO I – DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

7.11. Quando houver participação nesta licitação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte, considerar-se-á empatada a proposta dessas empresas que for igual ou até 5% superior à proposta classificada em primeiro lugar. Neste caso, e desde que a proposta classificada em primeiro lugar não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema eletrônico procederá da seguinte forma:

- a) classificação das propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação prevista na **condição 7.11**;
- b) convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma na **condição 7.11, “a”**, para que, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresente uma última oferta, obrigatoriamente inferior à da primeira colocada, para o desempate, situação em que será classificada em primeiro lugar;
- c) não sendo apresentada proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na situação da **condição 7.11, “b”**, ou não ocorrendo a regularização fiscal conforme o disposto na **condição 10.14**, ou, ainda, não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes, classificadas na forma da **condição 7.11, “a”**, para o exercício do mesmo direito.

7.12. Caso não ocorra a contratação ou a situação prevista na **condição 7.11 e suas alíneas**, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

SEÇÃO VIII – DA NEGOCIAÇÃO

8.1. Finalizada a etapa competitiva, o **Pregoeiro** poderá encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SEÇÃO IX – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1. O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à observância das especificações do objeto licitado, constantes, respectivamente, do Anexo II (Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação) e do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

9.1.1. A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar, via convocação de anexo, no prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do pregoeiro, a proposta-padrão ajustada ao lance final, conforme Anexo III deste Edital, sob pena de recusa da proposta.

9.1.2. Erros no preenchimento da proposta não configuram motivo suficiente para sua recusa, podendo ser ajustada sem a majoração do preço final ofertado e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

9.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

9.3. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

9.4. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

9.5. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste **Pregão**.

9.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

9.7. Se o preço constante da proposta mais bem classificada for superior ao preço estimado para a contratação, o **Pregoeiro** negociará com o **licitante**, com vista à obtenção de menor preço. A presente análise será feita após a fase de lances.

9.8. Ocorrendo a situação descrita na **condição 9.7** e caso o **licitante** não aceite baixar o seu preço, será este considerado excessivo e a proposta desclassificada.

9.9. O preço proposto no lance final, ou aquele obtido por meio de negociação, será fixo e irrevogável e nele deverão estar incluídos os tributos, fretes e demais encargos necessários à execução do objeto licitado.

9.10. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o **Pregoeiro** irá avaliar as condições de habilitação da **licitante**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SEÇÃO X – DA HABILITAÇÃO

10.1. Encerrada a etapa competitiva da sessão pública, a **licitante** detentora da melhor proposta deverá comprovar o atendimento às exigências de habilitação mediante a apresentação (encaminhamento) dos documentos abaixo mencionados:

10.1.1. Declaração da **licitante** de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei n.º 9.854/99).

10.1.2. Declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93, **para as licitantes que tiverem sua regularidade atestada pelos dados do SICAF.**

OBS. As declarações de que tratam as **condições 10.1.1 e 10.1.2** deverão ser apresentadas por meio do campo próprio no sistema, disponível quando do envio da proposta.

10.1.3. Habilitação jurídica:

- a) comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- e) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir:

e.1.) Comprovação de inscrição como Empresa de Transporte Rodoviário de Cargas no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas - RNTRC da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, conforme termos da Lei nº 11.442, de 5.01.2007 e Resolução n.º 3.056, de 12.03.2009 da ANTT.

OBS: O documento de habilitação jurídica deverá expressar objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.

10.1.4. Regularidade fiscal:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751/2014;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Municipais, ou certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente.

10.1.5. Regularidade trabalhista:

- a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

10.1.6. Qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

10.1.7. Qualificação técnica:

- a) Comprovação, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica em nome do próprio, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que realizou a prestação satisfatória de serviços de transportes rodoviários de carga intermunicipais ou interestaduais, com pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) da média total de quilos constante na estimativa do item 6.1.1. do Termo de Referência (Anexo I deste Edital), ou seja, 28.202,94 Kg.
- b) Comprovação, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica em nome do próprio, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que realizou a prestação satisfatória de serviços de transportes rodoviários de carga intermunicipais ou interestaduais, com pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) da média total de metros cúbicos constante na estimativa do item 6.1.2. do Termo de Referência (Anexo I deste Edital), ou seja, 211,77 metros cúbicos.

10.2. As **licitantes** que estiverem cadastradas no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - poderão deixar de apresentar, na habilitação, os documentos que já constem do referido cadastro, conforme o art. 21, III, da Instrução Normativa/MPOG n.º 03, de 26.04.2018.

10.3. Só serão considerados válidos, para efeito de participação no certame, os cadastros que já se encontrem divulgados, por meio eletrônico, no site www.comprasgovernamentais.gov.br (SICAF).

10.4. Sob pena de inabilitação, os documentos relativos à habilitação jurídica e à regularidade fiscal deverão estar em nome da licitante com o n.º do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

- a) se a **licitante** for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se a **licitante** for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

10.5. No caso das alíneas da **condição 10.4**, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa.

10.6. Caso a **licitante** pretenda executar o objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento, matriz ou filial, conforme o caso, deverá comprovar também a sua regularidade fiscal e trabalhista, observando-se o disposto na **condição 10.5**.

10.7. Para a verificação da **regularidade fiscal e regularidade trabalhista**, o **Pregoeiro** poderá realizar consulta nos sites específicos na Internet, observados os atos normativos expedidos pelos órgãos públicos responsáveis pela emissão das certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

10.8. As regularidades fiscal e trabalhista poderão ser comprovadas pela apresentação de certidão positiva com efeito de negativa.

10.9. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 90 (noventa) dias que antecederem à data da sessão deste certame.

10.10. O **Pregoeiro** efetuará, ainda, para efeitos de habilitação, consulta ao:

- a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>;
- c) Sicafe, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93.

10.10.1. As consultas previstas nesta condição realizar-se-ão em nome do licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.

10.11. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

10.12. Serão declaradas inabilitadas as licitantes cujos documentos não atendam aos requisitos aqui estabelecidos, observando-se os benefícios elencados neste edital para as ME/EPP.

SUBSEÇÃO I – DA HABILITAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

10.13. Para a habilitação das microempresas e empresas de pequeno porte, é obrigatória a apresentação de toda a documentação elencada na SEÇÃO X, deste Edital, **inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista**, ainda que estas apresentem alguma restrição.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

10.14. Caso haja alguma **restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação. A prorrogação do referido prazo poderá ser concedida, por igual período, a critério da Administração, quando requerida pelo licitante mediante apresentação de justificativa.

10.15. O prazo acima indicado terá como termo inicial a data em que for concluída a habilitação, sendo de exclusiva responsabilidade da **licitante** o respectivo acompanhamento.

10.16. A não regularização da documentação, no prazo previsto na **condição 10.14**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n.º 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na forma do art. 4.º, XXIII, da Lei n.º 10.520/02, para assinar o contrato, ou, ainda, revogar a licitação.

SEÇÃO XI – DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos de habilitação da **licitante** detentora da melhor oferta, **não enviados de forma virtual por meio do Sistema, ou não constantes do SICAF**, serão solicitados pelo **Pregoeiro**, aguardando-se por **2 (duas) horas** o seu encaminhamento por meio da opção “enviar anexo” do Sistema. Uma vez recebidos, serão analisados para confirmação das exigências deste edital.

11.1.1. Caso não seja possível o encaminhamento dos documentos via sistema, será disponibilizado endereço eletrônico para o seu envio.

11.2. Enviados os documentos por e-mail, o Pregoeiro deverá confirmar, via chat, o seu recebimento.

11.3. A qualquer tempo, a Administração poderá solicitar o encaminhamento da documentação original de habilitação.

11.4. Ocorrendo a situação prevista na **condição 11.3**, a documentação solicitada deverá ser encaminhada ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, situado na Primeira Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº 150, CAB, Salvador/BA, CEP 41.745-901.

SEÇÃO XII – DOS RECURSOS

12.1. Declarada a vencedora, o **Pregoeiro** abrirá prazo de, no mínimo, 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer **licitante** poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

12.2. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o **Pregoeiro** a adjudicar o objeto à **licitante vencedora**.

12.3. Apresentada a intenção de interpor recurso, o Pregoeiro deverá verificar a presença dos requisitos recursais (tempestividade, legitimidade, sucumbência, interesse e motivação), sem adentrar, neste momento, no mérito recursal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

12.4. Presentes os requisitos recursais, o Pregoeiro aceitará a intenção do recurso, caso contrário, a rejeitará, motivadamente, em campo próprio do sistema.

12.5. A **licitante** que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais **licitantes**, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

12.6. Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei n.º 8.666/1993, fica a vista dos autos do PAD nº 3602/2019 franqueada aos interessados.

12.7. O **Pregoeiro** receberá, examinará e instruirá os recursos interpostos de suas decisões, podendo, na oportunidade, reconsiderá-las.

12.8. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo **Pregoeiro** serão apreciados pela autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SEÇÃO XIII – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto do presente Pregão será adjudicado, pelo **Pregoeiro**, à **licitante** vencedora.

13.2. Constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia poderá homologar a licitação, determinando a consequente contratação.

13.3. Havendo recurso submetido à Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, esta, se decidir por seu improvimento, procederá, de logo, ao ato de adjudicação e à homologação do procedimento, após constatar sua regularidade.

SEÇÃO XIV – DO CONTRATO

14.1. Será firmado contrato com a licitante vencedora, nos termos da minuta constante do Anexo **IV**, com cláusulas regidas pela Lei n.º 8.666/93, integrando-o, ainda, os dados constantes da proposta vencedora, bem como as condições estatuídas neste ato convocatório.

14.2. O prazo de vigência do contrato será de 24 meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite legal.

14.3. É condição para a celebração do contrato a manutenção de todas as condições exigidas na habilitação.

14.4. A Adjudicatária deverá assinar o contrato dentro do prazo de **05 dias úteis**, contados da respectiva convocação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

14.5. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do Tribunal.

14.6. A recusa em formalizar o ajuste, no prazo estabelecido na **condição 14.4**, sem justificativa por escrito e aceita pela autoridade competente, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará a licitante vencedora às penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520/2002.

14.7. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas.

SUBSEÇÃO I – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

14.8. No prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da via do contrato assinado, a Contratada prestará garantia em percentual equivalente a **5%** sobre o valor total contratado, podendo optar por qualquer das modalidades previstas no artigo 56 da Lei n.º 8.666/93.

14.9. A garantia em dinheiro deverá ser recolhida pela Contratada, junto à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE-BA, em conta específica.

14.10. Em se tratando de seguro-garantia ou fiança bancária, a Contratada deverá encaminhá-la, mediante Protocolo, à Seção de Contratos do TRE-BA.

14.11. A garantia prestada pela Contratada responderá pelas multas que lhe venham a ser aplicadas, bem como pelo pagamento de qualquer obrigação, inclusive as de ordem trabalhista e previdenciária, e de indenização por danos causados à Contratante ou a terceiros.

14.12. Não será aceita garantia que vede a possibilidade inserta na condição anterior.

14.13. A instituição garantidora atenderá ao disposto na **condição 14.11**, devendo constar expressamente do documento de garantia que a cobertura abrange o pagamento de débitos trabalhistas e previdenciários.

14.14. A garantia contratual terá vigência da data de sua apresentação até 03 (três) meses após expirado o contrato.

14.15. No caso de a garantia ser prestada através de fiança bancária ou de seguro-garantia, a Contratada deverá renová-la na hipótese de ocorrer prorrogação do contrato, no mesmo prazo e percentual estabelecidos neste **tópico**.

14.16. Em se tratando de fiança bancária, do título deverá constar expressamente que a instituição garantidora renuncia ao direito previsto no artigo 827 do Código Civil ou, alternativamente, que se obriga como devedor principal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

14.17. Ocorrendo acréscimos ou reajustes contratuais ou se a garantia for utilizada nas situações referidas na **condição 14.10**, o seu valor deverá ser adequado em igual proporção no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento, pela Contratada, da via do termo aditivo/apostilamento assinado ou da notificação da fiscalização do contrato, nos demais casos.

14.18. A garantia somente poderá ser liberada ou restituída após a regular execução do contrato e, quando em dinheiro, deve ser atualizada monetariamente.

14.19. O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação da garantia autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à contratada, até o limite de 5% do valor total do contrato, a título de garantia, a serem depositados em conta específica.

14.20. A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base na **condição 14.19** por quaisquer das modalidades de garantia previstas na Lei 8.666/9.

14.21. O bloqueio efetuado com base na condição **14.19** não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada.

14.22. O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou de apólice de seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

14.23. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a Fiscalização do Contrato deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa à Contratada bem como as decisões finais de 1ª e última instâncias administrativas.

14.24. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

SEÇÃO XV – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

15.1. O serviço contratado será executado na forma estabelecida no termo de referência, Anexo I, deste Edital.

SEÇÃO XVI – DAS SANÇÕES PELA PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS NA LICITAÇÃO E PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

16.1. De acordo com o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará IMPEDIDA DE LICITAR E DE CONTRATAR com a União e será descredenciada do SICAF e dos sistemas de cadastramento de fornecedores do TRE-BA, PELO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) ANOS, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a licitante que:

a) não mantiver a proposta, injustificadamente;

b) comportar-se de modo inidôneo;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- c) fizer declaração falsa;
- d) cometer fraude fiscal;
- e) não encaminhar a documentação exigida no certame ou encaminhar documentação falsa;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) não apresentar situação regular no ato de assinatura do contrato ou recebimento da nota de empenho;
- h) recusar-se injustificadamente a assinar o contrato ou a receber ou retirar a nota de empenho;
- i) não executar o objeto licitado;
- j) retardar a execução do objeto licitado;
- k) executar objeto que não atenda à especificação exigida no edital.

16.2. Para os fins da **alínea “b”**, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

16.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

16.4. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido no art. 87, § 2º da Lei 8.666/93, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a Portaria nº 305/2019, da Presidência do TRE-BA.

16.5. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a licitante vencedora estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

16.6. O Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no artigo 26, § 1º, da Portaria nº 305/2019, da Presidência do TRE/BA.

16.7. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à Contratada ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

16.8. Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, e observado o disposto nas **condições 16.6 e 16.7**, será a licitante ou contratada, se for o caso, intimada para efetuar o recolhimento do seu valor, no prazo de 30 dias, contados da intimação, por meio de Guia de Recolhimento da União–GRU, emitida pela Seção de Contratos deste Tribunal.

16.9. As situações mencionadas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93 podem ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

16.10. Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos no art.109 da Lei 8.666/93.

SEÇÃO XVII – DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado na forma e prazo estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I, deste edital.

17.2. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.

17.3. Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, a Contratante poderá deduzir os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações, devidos pela Contratada, do montante a ser-lhe pago.

17.4. Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a Fazenda Municipal (Certidão de Quitação de Tributos Municipais ou Certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente).

17.5. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

17.6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

SEÇÃO XVIII – DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Até 03 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, a licitante poderá formular consultas por meio do e-mail arrocha@tre-ba.jus.br, informando o número deste Pregão.

18.2. Quaisquer esclarecimentos que porventura se façam necessários poderão ser obtidos por intermédio do telefone (71) 3373-7081 ou pelo fax (71) 3373-7319, de segunda a quinta-feira, no horário das 13h às 19h, e na sexta-feira, no horário das 08h às 13h.

18.3. Até 02 (dois) dias úteis antes da data estabelecida para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

18.4. A impugnação poderá ser enviada diretamente para o e-mail do Pregoeiro, protocolada neste Tribunal ou, ainda, encaminhada por Fax, para os números (71) 3373-7220/3373-7329, de segunda a quinta-feira, no horário das 13h às 18h, e na sexta-feira, no horário das 08h às 13h.

18.5. Caberá ao Pregoeiro manifestar-se acerca da impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data em que recebê-la, encaminhando-a, em seguida, à Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia para proferir decisão.

SECÃO XIX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A presente licitação poderá ser anulada, no todo ou em parte, a qualquer tempo, de ofício ou por provocação de terceiros, se verificada ilegalidade no procedimento, ou revogada por motivos de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, mediante decisão fundamentada.

19.2. O Edital estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, localizada no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, nos dias úteis, das 13h às 19h, de segunda a quinta, e de 8h às 13h, às sextas-feiras (HORA LOCAL), assim como na internet para download, nos endereços eletrônicos: www.comprasgovernamentais.gov.br e www.tre-ba.jus.br.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente, salvo disposição em contrário, o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

19.4. Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

19.5. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

19.6. Se todas as propostas forem desclassificadas ou todas as licitantes inabilitadas, a Administração poderá fixar prazo, nos termos do art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93, para apresentação de nova proposta ou nova documentação, escoimada das causas da desclassificação ou inabilitação.

19.7. O pregoeiro ou autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, fixando prazos para atendimento.

19.8. O pregoeiro ou autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

19.9. Os ajustes celebrados pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (contratos, atas de registro de preços, convênios etc.) poderão ser assinados digitalmente, preferencialmente, por meio de certificado digital, emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, observados os padrões definidos pela referida infraestrutura, consoante prescreve o art. 1º da Portaria nº 475/2017 da presidência do TRE-BA.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

19.9.1. Cabe às partes contratantes arcar com eventuais custos de aquisição de certificações e equipamentos porventura necessários à formalização do ajuste por meio eletrônico ou digital.

Salvador, 23 de outubro de 2019

Arthur Ribeiro Rocha
Pregoeiro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 42/2019

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

Contratação de serviço de transporte rodoviário de materiais entre as Unidades da Justiça Eleitoral da Bahia.

2. JUSTIFICATIVA

A reduzida quantidade de veículos de carga no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia para distribuir o material de expediente e de patrimônio nas 180 Zonas Eleitorais, incluindo cerca de 10.600 urnas eletrônicas por mais de 1.500 locais de votação, constitui-se como fator determinante para a contratação de serviço de transporte rodoviário de materiais.

3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. ESPECIFICAÇÕES

LOTE 01			
ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	Quantidade Estimada
01 – Transporte de encomendas	3263	Serviço de transporte de encomendas em logística direta e reversa, com valor do frete definido por quilometragem por faixa de distância, com prazo de entrega em 08 (oito) dias úteis.	- 112.811,75 kg em anos não eleitorais; - 472.368,80 kg em anos eleitorais.
02 – Transporte de mobiliário	3263	Serviço de transporte de bens móveis em logística direta e reversa, com valor do frete definido por m ³ (metros cúbicos) por faixa de distância, com prazo de entrega em 8 (oito) dias úteis.	- 847,07m3 em anos não eleitorais; - 1.270,63m3 em anos eleitorais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

4. FORMA E PRAZOS DE EXECUÇÃO

4.1. Os serviços de transporte serão expressamente demandados pela Seção de Transportes do TRE-BA (SETRAN), mediante Requisição de Transporte.

4.1.1. A movimentação de cargas se dará de Salvador para as cidades que sediam as Zonas Eleitorais (ANEXO A), no sentido inverso e entre Unidades da Justiça Eleitoral no interior do Estado da Bahia.

4.1.2. A contratada realizará a coleta dos materiais a serem transportados no prazo de 03 (dois) dias úteis após o recebimento da requisição de transporte.

4.1.3. Nas requisições constarão o endereço de origem e de destino, o horário de funcionamento das unidades, a quantidade de quilos (encomendas), a metragem cúbica (bens móveis) e o valor individual e total dos itens.

4.2. Os materiais serão transportados em veículo automotor com compartimento de carga fechado.

4.3. Serão transportados como encomendas (item 1) materiais de expediente, higiene e limpeza, copa e cozinha, suprimentos de informática, pequenos equipamentos, materiais de eleição como os cadernos de votação, urnas eletrônicas, baterias, entre outros.

4.3.1. Os materiais referentes ao item 01 serão disponibilizados para remessa em volumes (caixas), sendo os custos necessários à embalagem do material de responsabilidade do TRE-BA;

4.4. Serão transportados como mobiliário (item 2) apoiador de pés, armários, cadeiras, estantes, gaveteiros, mesas, quadros, aparelhos de ar condicionado, fragmentadoras, refrigeradores, entre outros.

4.4.1. Outros bens serão transportados como mobiliário sempre que uma das três dimensões (comprimento, largura e profundidade) for igual ou superior a um (1) metro ou o peso for igual ou superior a 50 quilogramas.

4.4.2. Os mobiliários (item 02) serão disponibilizados para remessa montados.

4.5. O prazo para a entrega, no destino, dos materiais transportados (itens 01 e 02) será de dia 08 (oito) dias úteis, para todas as Zonas Eleitorais relacionadas no Anexo A, independente da faixa de distância.

4.6. Todos os materiais transportados como mobiliário serão tratados, tanto na coleta (origem) como na entrega (destino), por, pelo menos, 02 (dois) operadores devidamente capacitados.

4.7. Ficará a cargo da contratada a responsabilidade pela obtenção de qualquer tipo de licença junto aos órgãos fiscalizadores e pelo pagamento de taxas, eventuais serviços de balsas, traslados, impostos, pedágios, etc.

4.8. A periodicidade das solicitações de transporte de material será bimestral em anos não eleitorais e mensal em anos eleitorais, podendo, conforme a necessidade, ocorrer em intervalos menores.

4.9. O representante da empresa, motorista ou ajudante, devidamente identificado, atestará a coleta dos materiais correspondentes às Requisições de Transporte.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- 4.10. Para efeito de contagem de prazo serão considerados dias úteis os dias de funcionamento normal das unidades da Justiça Eleitoral, de segunda a sexta-feira.
- 4.11. Os materiais serão transportados sob seguro, a encargo da contratada, nos termos do inciso II do artigo 13 da Lei nº 11.442/2007, em percentual único de 0,30% (zero vírgula trinta por cento) sobre o valor declarado na Requisição de Transporte para cobertura do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário - Carga (RCTR-C) e do Seguro Facultativo de Responsabilidade Civil por Desaparecimento de Carga (RCFDC), observando-se, de resto, as normas oficiais vigentes para tal tipo de serviço.
- 4.12. As coletas e as entregas de materiais serão efetuadas nos endereços indicados pelo TRE-BA, conforme especificado em cada Requisição.
- 4.13. O horário de funcionamento de cada unidade da Justiça Eleitoral no Estado da Bahia estará especificado em cada requisição tanto para a origem como para o destino.
- 4.14. No destino, encomendas e mobiliário serão entregues exclusivamente a Servidor da Justiça Eleitoral devidamente identificado.
- 4.15. O ateste da entrega no Conhecimento de Transporte ocorrerá após a entrega da totalidade dos volumes constantes na Requisição de Transporte e abertura das respectivas embalagens para conferência da integridade dos materiais transportados.
- 4.15.1. A Requisição de Transporte impressa que acompanha os materiais no transporte será entregue ao servidor da Justiça Eleitoral no destino.
- 4.16. Eventuais danos no material transportado ou ausência de volume serão motivos de recusa de ateste pelo servidor da Justiça Eleitoral ou recebimento parcial e serão certificados pelo representante da empresa (motorista ou entregador) no respectivo Conhecimento de Transporte.
- 4.17. Os materiais danificados durante o transporte deverão ser reparados pela transportadora e entregues ao TRE-BA no prazo de 20 (vinte) dias contados da notificação.
- 4.18. Os materiais que tenham sofrido dano irreparável ou forem extraviados serão substituídos por materiais novos com as mesmas características e desempenho, mediante aprovação prévia do TRE-BA, no prazo de 20 (vinte) dias contados da notificação.
- 4.19. Serão transportados, sem custo, os materiais enviados pelo TRE-BA para eventual substituição dos avariados ou extraviados.
- 4.19.1. Os materiais danificados serão devolvidos ao TRE-BA, no depósito de Salvador, ficando armazenados até o conserto, substituição ou indenização e, quando for o caso, realizados os procedimentos de baixa patrimonial pela COMAP.
- 4.20. Os materiais cuja reposição se verifique impossibilitada em razão de suas peculiaridades ou a gestão do conserto ou da reposição não se mostre vantajosa ao TRE-BA, serão indenizados, mediante anuência expressa do TRE-BA, pelos valores declarados na Requisição de Transporte.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

4.20.1. A Contratada, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar o serviço de transporte dos materiais referentes aos itens 01 e 02, devendo responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, vinculados à execução dos serviços, bem como por qualquer dano causado em decorrência de ato de seus empregados.

05 – PREÇO

5.1. A remuneração pelos serviços prestados decorrerá dos preços da(s) proposta(s) vencedora(s) apresentada(s) por ocasião da licitação, acrescido do valor do seguro da mercadoria, conforme estabelecido nos itens 5.3 e 5.4.

5.2. Foram estabelecidas 06 (seis) faixas de distância cobrindo a totalidade do território do Estado da Bahia, conforme item 6.

5.2.1. Para fins de enquadramento nas faixas de distância serão adotadas aquelas obtidas pela utilização da ferramenta do “Google Maps”, a partir do endereço de origem destino constantes nas Requisições de Transporte, sendo considerada sempre a rota de menor quilometragem.

5.3. O valor do frete para o item 1 (encomendas) será apurado multiplicando-se a quantidade de quilos pelo custo do peso da faixa de distância correspondente, somado ao resultado da multiplicação do valor do material pela taxa de 0,30% (zero vírgula trinta por cento) a título de seguro, conforme abaixo:

VF = [(valor do quilo da faixa de distância correspondente X quilos) + (valor do material x 0,30%)].

5.4. O valor do frete para o item 2 (mobiliário) será apurado multiplicando-se a quantidade de metros cúbicos pelo custo da cubagem da faixa de distância correspondente, somado ao resultado da multiplicação do valor do material pela taxa de 0,30% (zero vírgula trinta por cento) a título de seguro, conforme abaixo:

VF = [(valor do metro cúbico da faixa de distância correspondente X metros cúbicos) + (valor do material x 0,30%)].

5.5. Estarão inclusos nos preços todos os custos, despesas trabalhistas, tributos, taxas, inclusive pedágios, emolumentos e demais encargos incidentes ou que venham a incidir sobre os transportes, exceto seguro, conforme itens 4.10, 5.3 e 5.4.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

06 – ESTIMATIVAS

6.1. Anos não eleitorais.

6.1.1 Estimativa de quilos de encomendas por faixa de distância para os anos não eleitorais:

Distâncias	Faixa 01: de 0 a 150 km	Faixa 02: de 151 a 300 km	Faixa 03: de 301 a 450 km	Faixa 04: de 451 a 600 km	Faixa 05: de 601 a 750 km	Faixa 06: acima de 751 km
Quilos de encomendas estimados por faixa de distância por ano	15.051,73	20.068,98	25.086,22	20.696,13	18.187,51	13.721,18
Estimativa do valor da encomenda por faixa de distância por ano	265.357,46	265.357,46	265.357,46	265.357,46	265.357,46	265.357,46
Valor estimado do seguro da encomenda por faixa de distância por ano	R\$ 796,07	R\$ 796,07	R\$ 796,07	R\$ 796,07	R\$ 796,07	R\$ 796,07



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

6.1.2. Estimativa de metros cúbicos de mobiliário por faixa de distância para os anos não eleitorais:

Distâncias	Faixa 01: de 0 a 150 km	Faixa 02: de 151 a 300 km	Faixa 03: de 301 a 450 km	Faixa 04: de 451 a 600 km	Faixa 05: de 601 a 750 km	Faixa 06: acima de 751 km
Metros cúbicos de mobiliário estimados por faixa de distância por ano	112,94	150,59	188,24	155,30	136,47	103,53
Estimativa do valor do mobiliário por faixa de distância por ano (R\$)	48870,00	48870,00	48870,00	48870,00	48870,00	48870,00
Valor estimado do seguro do mobiliário por faixa de distância por ano	R\$ 146,61	R\$ 146,61	R\$ 146,61	R\$ 146,61	R\$ 146,61	R\$ 146,61



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

6.2. Anos eleitorais.

6.2.1 Estimativa de quilos de encomendas por faixa de distância para os anos eleitorais:

Distâncias	Faixa 01: de 0 a 150 km	Faixa 02: de 151 a 300 km	Faixa 03: de 301 a 450 km	Faixa 04: de 451 a 600 km	Faixa 05: de 601 a 750 km	Faixa 06: acima de 751 km
Quilos de encomendas estimados por faixa de distância por ano	62.982,51	83.976,68	104.970,84	86.600,95	76.103,86	57.733,96
Estimativa do valor da encomenda por faixa de distância por ano	1.713.143,18	1.713.143,18	1.713.143,18	1.713.143,18	1.713.143,18	1.713.143,18
Valor estimado do seguro da encomenda por faixa de distância por ano	R\$ 5139,43	R\$ 5139,43	R\$ 5139,43	R\$ 5139,43	R\$ 5139,43	R\$ 5139,43



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

6.2.2. Estimativa de metros cúbicos de mobiliário por faixa de distância para os anos eleitorais:

Distâncias	Faixa 01: de 0 a 150 km	Faixa 02: de 151 a 300 km	Faixa 03: de 301 a 450 km	Faixa 04: de 451 a 600 km	Faixa 05: de 601 a 750 km	Faixa 06: acima de 751 km
Metros cúbicos de mobiliário estimados por faixa de distância por ano	169,42	225,89	282,36	232,95	204,71	155,30
Estimativa do valor do mobiliário por faixa de distância por ano	73305,00	73305,00	73305,00	73305,00	73305,00	73305,00
Valor estimado do seguro do mobiliário por faixa de distância por ano	R\$ 219,92	R\$ 219,92	R\$ 219,92	R\$ 219,92	R\$ 219,92	R\$ 219,92

7 – RECEBIMENTO DO SERVIÇO

7.1 No destino, encomendas e mobiliário serão entregues exclusivamente a Servidor da Justiça Eleitoral devidamente identificado.

7.2. O recebimento definitivo do serviço ocorrerá após a entrega da totalidade dos volumes constantes na Requisição de Transporte e abertura das respectivas embalagens para conferência da integridade dos materiais transportados.

7.2.1. A Requisição de Transporte impressa que acompanha os materiais no transporte será entregue ao servidor da Justiça Eleitoral no destino.

7.2.2. Eventuais danos no material transportado ou ausência de volume serão motivos de recusa de ateste pelo servidor da Justiça Eleitoral ou recebimento parcial e serão certificados pelo representante



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

da empresa (motorista ou entregador) no respectivo Conhecimento de Transporte, ficando a contratada desde já notificada para que providencie a reexecução do serviço no prazo que lhe restar daquele indicado no subitem 4.5, o reparo dos materiais danificados, nos termos do subitem 4.17, ou a substituição do material que sofreu danos irreparáveis ou foi extraviado, nos termos do subitem 4.18. Nestas hipóteses, o fiscal do contrato glosará a nota fiscal, no valor do serviço não prestado ou recusado, e a encaminhará para pagamento, acompanhada de relatório circunstanciado, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face à eventual aplicação de multa.

7.3. A responsabilidade da contratada cobre o período compreendido entre o momento do recebimento da carga e o de sua entrega ao destinatário.

7.4. Em caso de paralisação das atividades dos setores responsáveis pelo recebimento dos serviços durante o Recesso Forense (entre 20 de dezembro e 6 de janeiro do ano subsequente), haverá a suspensão dos prazos de entrega em favor da Contratada. Neste caso, a empresa será previamente notificada pela Fiscalização do Contrato.

8 – HABILITAÇÃO

8.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1. Além daquelas previstas no edital, a licitante deverá comprovar o atendimento da seguinte habilitação:

a) Comprovação de inscrição como Empresa de Transporte Rodoviário de Cargas no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas - RNTRC da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, conforme termos da Lei nº 11.442, de 5.01.2007 e Resolução n.º 3.056, de 12.03.2009 da ANTT.

8.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica em nome do próprio, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que realizou a prestação satisfatória de serviços de transportes rodoviários de carga intermunicipais ou interestaduais, com pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) da média do total de quilos constante na estimativa do item 6.1.1. deste termo de referência, ou seja, 28.202,94 Kg.

b) Comprovação, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica em nome do próprio, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que realizou a prestação satisfatória de serviços de transportes rodoviários de carga intermunicipais ou interestaduais, com pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) da média do total de metros cúbicos constante na estimativa do item 6.1.2. deste termo de referência, ou seja, 211,77 metros cúbicos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

9 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Termo de Referência e na legislação vigente:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes deste termo de referência e do edital;
- d) zelar para que, durante a vigência do contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- e) solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a reexecução do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- f) enviar as Requisições de Transporte;
- g) disponibilizar acesso aos trabalhadores identificados da empresa contratada para coleta/entrega dos materiais;
- h) receber, os materiais no endereço e horários indicados na Requisição de Transporte;
- i) verificar a integridade dos materiais no ato da entrega no destino;
- j) atestar, no Conhecimento de Transporte, a entrega dos materiais ou fazer consignar as avarias e eventuais extravios de volume para efeito de acionamento da cobertura do respectivo seguro;

10 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente termo de referência e na legislação vigente:

- a) executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste instrumento, assim como com as características descritas na proposta;
- b) atender às solicitações da Contratante nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
- c) responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- d) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução do contrato;
- e) manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- f) não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, salvo se houver autorização neste termo de referência;
- g) não contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal da Contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seus cônjuges, parentes ou afins, até o 3º grau, durante a vigência do contrato;
- h) credenciar um Supervisor para exercer a função de representá-la perante a fiscalização do Contrato do TRE-BA em relação à execução dos serviços;
- i) identificar perante os servidores da Justiça Eleitoral, apresentando credenciais quando solicitado, todos os profissionais da empresa que atuarão em qualquer das operações de transporte;
- j) informar, até o primeiro dia útil seguinte ao recebimento da Requisição, os respectivos Conhecimentos de Transporte;
- k) designar, pelo menos, dois (2) operadores, para as ações de coleta e entrega de materiais transportados como mobiliário (item 2 do objeto);
- l) entregar, no destino, ademais do material transportado, a respectiva Requisição de Transporte impressa que o acompanhou;
- m) aguardar, no destino, a verificação, pelo Servidor da Justiça Eleitoral, da integralidade dos volumes constantes na Requisição de Transporte e a integridade dos materiais;
- n) colher ateste de entrega no Conhecimento de Transporte quando, após verificação o Servidor da Justiça Eleitoral concluir pela conformidade, ou consignar a ausência de volume ou recusa de recebimento por avaria no material transportado;
- o) reparar, no prazo de 20 dias da notificação, os materiais danificados durante o transporte;
- p) substituir no prazo de 20 dias da notificação, por materiais novos com as mesmas características e desempenho, mediante aprovação prévia do TRE-BA, os materiais que tenham sofrido dano irreparável ou forem extraviados durante o transporte;
- q) transportar, sem custo, os materiais enviados pelo TRE-BA para eventual substituição dos avariados ou extraviados.

11 – GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1. No prazo máximo de 10 dias, contados do recebimento da via do contrato assinado, a Contratada prestará garantia em percentual equivalente a 5% sobre o valor total contratado, podendo optar por qualquer das modalidades previstas no artigo 56 da Lei n.º 8.666/93;

11.2. A garantia em dinheiro deverá ser recolhida pela Contratada, junto à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE-BA, em conta específica;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

11.3. Em se tratando de seguro-garantia ou fiança bancária, a Contratada deverá encaminhá-la, mediante Protocolo, à Seção de Contratos do TRE-BA;

11.4. A garantia prestada pela Contratada responderá pelas multas que lhe venham a ser aplicadas, bem como pelo pagamento de qualquer obrigação, inclusive as de ordem trabalhista e previdenciária, e de indenização por danos causados à Contratante ou a terceiros;

11.5. Não será aceita garantia que vede a possibilidade inserta na condição anterior;

11.6. A instituição garantidora atenderá ao disposto na condição 11.4, devendo constar expressamente do documento de garantia que a cobertura abrange o pagamento de débitos trabalhistas e previdenciários.

11.7. A garantia contratual terá vigência da data de sua apresentação até 03 (três) meses após expirado o contrato;

11.8. No caso de a garantia ser prestada através de fiança bancária ou de seguro-garantia, a Contratada deverá renová-la na hipótese de ocorrer prorrogação do contrato, no mesmo prazo e percentual estabelecidos neste tópico;

11.9. Em se tratando de fiança bancária, do título deverá constar expressamente que a instituição garantidora renuncia ao direito previsto no artigo 827 do Código Civil ou, alternativamente, que se obriga como devedor principal;

11.10. Ocorrendo acréscimos, repactuações ou reajustes contratuais ou se a garantia for utilizada nas situações referidas na condição 11.4, o seu valor deverá ser adequado em igual proporção no prazo de dias, contados do recebimento, pela Contratada, da via do termo aditivo/apostilamento assinado ou da notificação da fiscalização do contrato, nos demais casos;

11.11. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a contratada pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da rescisão do contrato de trabalho. Caso esse pagamento não ocorra após o encerramento da vigência contratual, a garantia será resgatada para o pagamento das verbas trabalhistas diretamente pelo Tribunal;

11.12. O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação da garantia autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à contratada, até o limite de 5% do valor total do contrato, a título de garantia, a serem depositados em conta específica;

11.13. A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base na condição 11.12 por quaisquer das modalidades de garantia previstas na Lei 8.666/93;

11.14. O bloqueio efetuado com base na condição 11.12 não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada;

11.15. O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou de apólice de seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

11.16. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a Fiscalização do Contrato deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa à Contratada bem como as decisões finais de 1ª e última instâncias administrativas;

11.17. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

12 - VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1. A vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite legal;

12.2. As requisições de Transporte serão emitidas no prazo de até 30 dias, a contar do recebimento da via contratual pela contratada, devendo ser observado o prazo estabelecido no tópico 4.1.2 para o início da prestação dos serviços.

13 – PENALIDADES PELA INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

13.1 A Administração poderá aplicar à licitante vencedora, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, as sanções previstas na Lei e no Contrato, sendo a multa calculada dentro dos seguintes parâmetros:

- a) atrasar injustificadamente o atendimento da solicitação de viagem, objeto do contrato – 2% sobre o valor do serviço, por minuto de atraso, até o máximo de 30 minutos;
- b) inexecução parcial – 15% sobre o valor do serviço não realizado;
- c) inexecução total – 30% sobre o valor total contratado.

14. MEDIDAS ACAUTELADORAS

14.1. Ocorrendo inadimplemento contratual, a Administração poderá, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/1999 e artigo 26, § 1º, da Portaria nº 305/2019, do TRE/BA, reter, de forma cautelar, dos pagamentos devidos à Contratada, valor relativo a eventual multa a ser-lhe aplicada;

14.2. Finalizado o processo administrativo de apuração das faltas contratuais cometidas pela Contratada, tendo a Administração decidido pela penalização, o valor retido cautelarmente será convertido em multa. Não havendo decisão condenatória, o valor será restituído, monetariamente corrigido pelo mesmo índice de reajuste dos pagamentos devidos à Contratada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

15. PAGAMENTO

15.1. Observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93, o pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito através de ordem bancária, nos seguintes prazos e condições:

15.1.1. Para valor igual ou inferior a R\$ 17.600,00: até o 5º dia útil subsequente à apresentação da nota fiscal/fatura;

15.1.2. Para valor superior a R\$ 17.600,00: até o 10º dia útil subsequente à apresentação da nota fiscal/fatura.

15.2. Condiciona-se o pagamento a:

I – Apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa da execução do objeto contratado;

II – Declaração da Fiscalização do Contrato de que a execução se deu conforme pactuado;

15.3. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento;

15.4. A Contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à Contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações por esta devidos;

15.5. No primeiro dia útil de cada mês a empresa transportadora de encomendas (item 1) emitirá nota fiscal/fatura com a relação dos conhecimentos e das respectivas requisições que tenham prévia comprovação da prestação dos serviços atestada pelos servidores da Justiça Eleitoral no destino;

15.6. No primeiro dia útil de cada mês a empresa transportadora de mobiliário (item 2) emitirá nota fiscal/fatura com a relação dos conhecimentos e das respectivas requisições que tenham prévia comprovação da prestação dos serviços atestada pelos servidores da Justiça Eleitoral no destino;

15.7. A apresentação da nota fiscal/fatura deverá ser apresentada acompanhada dos respectivos Conhecimentos de Transporte;

15.8. A nota fiscal/fatura deverá apresentar o mesmo número de CNPJ constante da proposta e dos documentos entregues para a contratação, cabendo à empresa informar, no documento fiscal, o número da conta-corrente, da agência e do estabelecimento bancário no qual lhe poderá ser feito o pagamento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

**ANEXO A – RELAÇÃO DAS ZONAS ELEITORAIS DO TRE-BA, COM DISTÂNCIA
DA SEDE E FAIXA DE DISTÂNCIA**

	Município	ZONA ELEITORAL	Distância de Salvador em km	Faixa de distância
1.	Alagoinhas	163	122	01
2.	Amargosa	36	241	02
3.	Anagé	161	540	04
4.	Andaraí	119	408	03
5.	Angical	126	853	06
6.	Araci	123	219	02
7.	Barra	77	675	05
8.	Barra da Estiva	169	464	04
9.	Barra do Choça	139	507	04
10.	Barra do Mendes	176	539	04
11.	Barreiras	70	872	06
12.	Barreiras	75	872	06
13.	Belmonte	34	700	05
14.	Bom Jesus da Lapa	71	778	06
15.	Brumado	90	537	04
16.	Buerarema	166	462	04
17.	Cachoeira	118	117	01
18.	Caculé	93	640	05
19.	Caetité	63	637	05
20.	Camacan	133	519	04
21.	Camaçari	170	47,1	01
22.	Camaçari	171	47,1	01
23.	Camamu	78	339	03
24.	Campo Formoso	53	404	03



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

	Município	ZONA ELEITORAL	Distância de Salvador em km	Faixa de distância
25.	Canarana	174	487	04
26.	Canavieiras	116	574	04
27.	Candeias	127	48,7	01
28.	Capim Grosso	191	534	04
29.	Carinhanha	125	787	06
30.	Casa Nova	66	622	05
31.	Castro Alves	43	196	02
32.	Catu	129	92	01
33.	Central	159	511	04
34.	Chorrochó	158	500	04
35.	Cícero Dantas	82	320	03
36.	Coaraci	135	447	03
37.	Conceição do Coité	132	223	02
38.	Conceição do Jacuípe	192	99	01
39.	Condeúba	60	647	05
40.	Coração de Maria	130	111	01
41.	Coribe	61	931	06
42.	Correntina	124	941	06
43.	Cotegipe	98	829	06
44.	Cruz das Almas	142	153	02
45.	Curaçá	85	546	04
46.	Dias D'ávil	186	55,1	01
47.	Encruzilhada	152	615	05
48.	Entre Rios	144	142	01
49.	Esplanada	21	166	02
50.	Euclides da Cunha	102	324	03



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

	Município	ZONA ELEITORAL	Distância de Salvador em km	Faixa de distância
51.	Eunápolis	188	647	05
52.	Eunápolis	203	647	05
53.	Feira de Santana	154	115	01
54.	Feira de Santana	155	115	01
55.	Feira de Santana	156	115	01
56.	Feira de Santana	157	115	01
57.	Formosa do Rio Preto	187	987	06
58.	Gandu	151	296	02
59.	Guanambi	64	676	05
60.	Iaçu	193	235	02
61.	Ibicaraí	29	474	04
62.	Ibotirama	173	661	05
63.	Igaporã	168	682	05
64.	Iguai	146	381	03
65.	Ilhéus	25	452	04
66.	Ilhéus	26	452	04
67.	Inhambupe	44	168	02
68.	Ipiaú	24	360	03
69.	Ipirá	62	212	02
70.	Irará	74	135	01
71.	Irecê	95	479	04
72.	Itabela	189	677	05
73.	Itaberaba	42	287	02
74.	Itabuna	27	437	03
75.	Itabuna	28	437	03
76.	Itagibá	147	385	03



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

	Município	ZONA ELEITORAL	Distância de Salvador em km	Faixa de distância
77.	Itajuípe	136	424	03
78.	Itamaraju	172	741	05
79.	Itambé	201	578	04
80.	Itanhém	148	926	06
81.	Itaparica	141	243	02
82.	Itapetinga	140	577	04
83.	Itarantim	138	634	05
84.	Itiúba	149	380	03
85.	Itororó	137	544	04
86.	Ituaçu	58	525	04
87.	Ituberá	32	315	03
88.	Jacaraci	92	708	05
89.	Jacobina	46	339	03
90.	Jacobina	167	339	03
91.	Jaguaquara	76	328	03
92.	Jaguarari	179	406	03
93.	Jequié	22	367	03
94.	Jequié	23	367	03
95.	Jeremoabo	51	384	03
96.	João Dourado	199	483	04
97.	Juazeiro	47	506	04
98.	Juazeiro	48	506	04
99.	Lapão	104	476	04
100.	Lauro de Freitas	180	28	01
101.	Lençóis	89	426	03
102.	Livramento de Nossa Senhora	101	604	05



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

	Município	ZONA ELEITORAL	Distância de Salvador em km	Faixa de distância
103.	Luís E. Magalhães	205	964	06
104.	Macarani	91	620	05
105.	Macaúbas	65	694	05
106.	Mairi	86	296	02
107.	Maracás	37	373	03
108.	Mata de São João	185	60	01
109.	Medeiros Neto	153	869	06
110.	Miguel Calmon	103	361	03
111.	Monte Santo	50	364	03
112.	Morro do Chapéu	55	395	03
113.	Mucuri	35	900	06
114.	Mundo Novo	54	303	03
115.	Muritiba	131	138	01
116.	Mutuípe	109	246	02
117.	Nazaré	30	221	02
118.	Nova Soure	79	240	02
119.	Olindina	81	219	02
120.	Oliveira dos Brejinhos	94	612	05
121.	Palmas de Monte Alto	175	718	05
122.	Paramirim	111	666	05
123.	Paripiranga	52	344	03
124.	Paulo Afonso	84	469	04
125.	Paulo Afonso	181	469	04
126.	Piatã	105	565	04
127.	Pilão Arcado	195	784	06
128.	Poções	59	450	03



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

	Município	ZONA ELEITORAL	Distância de Salvador em km	Faixa de distância
129.	Pojuca	200	74,7	01
130.	Porto Seguro	121	710	05
131.	Porto Seguro	122	710	05
132.	Prado	112	792	06
133.	Queimadas	106	314	03
134.	Remanso	67	714	05
135.	Retirolândia	196	241	02
136.	Riachão das Neves	182	927	06
137.	Riachão do Jacuípe	114	192	02
138.	Riacho de Santana	113	713	05
139.	Ribeira do Pombal	110	312	03
140.	Rio Real	49	207	02
141.	Ruy Barbosa	87	321	03
142.	Santa Bárbara	160	153	02
143.	Santaluz	145	271	02
144.	Santa Maria da Vitória	72	886	06
145.	Santa Rita de Cássia	97	871	06
146.	Santa Teresinha	107	223	02
147.	Santana	99	838	06
148.	Santo Amaro	178	79,2	01
149.	Santo Antônio de Jesus	56	194	02
150.	Santo Antônio de Jesus	202	194	02
151.	Santo Estevão	143	157	02
152.	São Desidério	100	1.031	06
153.	São F. do Conde	162	61,7	01



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

	Município	ZONA ELEITORAL	Distância de Salvador em km	Faixa de distância
154.	São Felipe	184	184	02
155.	São Gonçalo dos Campos	108	115	01
156.	São Sebastião do Passé	128	70,3	01
157.	Saúde	115	364	03
158.	Seabra	88	474	04
159.	Senhor do Bonfim	45	382	03
160.	Sento Sé	96	741	05
161.	Serra Dourada	190	800	06
162.	Serrinha	150	183	02
163.	Simões Filho	33	27,5	01
164.	Teixeira de Freitas	183	809	06
165.	Tremedal	177	600	04
166.	Tucano	80	326	03
167.	Uauá	83	427	03
168.	Ubaíra	38	269	02
169.	Ubaitaba	73	374	03
170.	Ubatã	134	381	03
171.	Urandi	117	741	05
172.	Uruçuca	198	412	03
173.	Utinga	69	402	03
174.	Valença	31	267	02
175.	Valente	120	250	02
176.	Vitória da Conquista	39	518	04
177.	Vitória da Conquista	40	518	04
178.	Vitória da Conquista	41	518	04



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

	Município	ZONA ELEITORAL	Distância de Salvador em km	Faixa de distância
179.	Wenceslau Guimarães	197	290	02
180.	Xique-Xique	68	660	05



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 42/2019

ANEXO II

ORÇAMENTO ESTIMATIVO

VALOR (ES) MÁXIMO(S) ADMITIDO (S) PARA CONTRATAÇÃO

Item 01 - Transporte de encomendas - Serviço de transporte de encomendas em logística direta e reversa, com valor do frete definido por quilometragem por faixa de distância, com prazo de entrega em 08 (oito) dias úteis.		(A) Preço por quilograma (R\$/Kg)	(B) Quantidade estimada por faixa de distância - ano não eleitoral - (Kg)	(C) = A x B Preço estimado para ano não eleitoral ¹	(D) Quantidade estimada por faixa de distância - ano eleitoral - (Kg)	(E) = A x D Preço estimado para ano eleitoral ¹
Faixa 01	0 a 150 km	2,93	15.051,73	44.101,57	62.982,51	184.538,75
Faixa 02	151 a 300 km	2,96	20.068,98	59.404,18	83.976,68	248.570,97
Faixa 03	301 a 450 km	3,07	25.086,22	77.014,70	104.970,84	322.260,48
Faixa 04	451 a 600 km	3,10	20.696,13	64.158,00	86.600,95	268.462,95
Faixa 05	601 a 750 km	3,13	18.187,51	56.926,91	76.103,86	238.205,08
Faixa 06	acima de 751 km	4,02	13.721,18	55.159,14	57.733,96	232.090,52

¹ conforme estabelece o tópico 5 do Termo de Referência, estarão inclusos nos preços todos os custos, despesas trabalhistas, tributos, taxas, inclusive pedágios, emolumentos e demais encargos incidentes ou que venham a incidir sobre os transportes, **exceto seguro, conforme itens 4.10, 5.3 e 5.4**. O seguro, correspondente a 0,30% do valor do material transportado, será acrescido ao valor proposto pela futura contratada para a faixa de distância correspondente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Item 02 - Transporte de mobiliário - Serviço de transporte de bens móveis em logística direta e reversa, com valor do frete definido por m3 (metros cúbicos) por por faixa de distância, com prazo de entrega em 8 (oito) dias úteis.		(F) Preço por metro cúbico (R\$/m³)	(G) Quantidade estimada por faixa de distância - ano não eleitoral - (m³)	(H) = F x G Preço estimado para ano não eleitoral ²	(I) Quantidade estimada por faixa de distância - ano eleitoral - (m³)	(J) = F x I Preço estimado para ano eleitoral ²
Faixa 01	0 a 150 km	131,67	112,94	14.870,81	169,42	22.307,53
Faixa 02	151 a 300 km	138,32	150,59	20.829,61	225,89	31.245,10
Faixa 03	301 a 450 km	149,73	188,24	28.185,18	282,36	42.277,76
Faixa 04	451 a 600 km	179,26	155,30	27.839,08	232,95	41.758,62
Faixa 05	601 a 750 km	179,26	136,47	24.463,61	204,71	36.696,31
Faixa 06	acima de 751 km	179,26	103,53	18.558,79	155,30	27.839,08

² conforme estabelece o tópico 5 do Termo de Referência, estarão inclusos nos preços todos os custos, despesas trabalhistas, tributos, taxas, inclusive pedágios, emolumentos e demais encargos incidentes ou que venham a incidir sobre os transportes, **exceto seguro, conforme itens 4.10, 5.3 e 5.4**. O seguro, correspondente a 0,30% do valor do material transportado, será acrescido ao valor proposto pela futura contratada para a faixa de distância correspondente.

VALOR TOTAL ESTIMADO

Item 01	Ano não eleitoral (K) = Σ(C)	Seguro estimado (L)	Total ano não eleitoral (M) = K + L	Ano eleitoral (N) = Σ(E)	Seguro estimado (O)	Total ano eleitoral (P) = N + O
	356.764,50	4.776,43	361.540,93	1.494.128,75	30.836,58	1.524.965,33
Total para o item 01 → M + P =						1.886.506,26
Item 02	Ano não eleitoral (Q) = Σ(H)	Seguro estimado (R)	Total ano não eleitoral (S) = Q + R	Ano eleitoral (T) = Σ(J)	Seguro estimado (U)	Total ano eleitoral (V) = T + U
	134.747,07	879,66	135.626,73	202.124,41	1.319,49	203.443,90
Total para o item 02 → S + V =						339.070,63
	Total ano não eleitoral (M + S)	Total ano eleitoral (P + V)	TOTAL PROPOSTO			
Totais por ano, inclusive seguro	497.167,66	1.728.409,23	<u>2.225.576,89</u>			



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2019

ANEXO III

PROPOSTA-PADRÃO

PROPOSTA-PADRÃO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE MATERIAIS ENTRE AS UNIDADES DO TRE-BA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL DA LICITAÇÃO EM EPÍGRAFE.

FIRMA OU DENOMINAÇÃO:

CNPJ/MF N.º:

ENDEREÇO:

TEL: **MUNICÍPIO:** **E-MAIL:**

Item 01 - Transporte de encomendas - Serviço de transporte de encomendas em logística direta e reversa, com valor do frete definido por quilometragem por faixa de distância, com prazo de entrega em 08 (oito) dias úteis.		(A) Preço por quilograma (R\$/Kg)	(B) Quantidade estimada por faixa de distância - ano não eleitoral - (Kg)	(C) = A x B Preço estimado para ano não eleitoral ¹	(D) Quantidade estimada por faixa de distância - ano eleitoral - (Kg)	(E) = A x D Preço estimado para ano eleitoral ¹
Faixa 01	0 a 150 km		15.051,73	-	62.982,51	-
Faixa 02	151 a 300 km		20.068,98	-	83.976,68	-
Faixa 03	301 a 450 km		25.086,22	-	104.970,84	-
Faixa 04	451 a 600 km		20.696,13	-	86.600,95	-
Faixa 05	601 a 750 km		18.187,51	-	76.103,86	-
Faixa 06	acima de 751 km		13.721,18	-	57.733,96	-

¹ conforme estabelece o tópico 5 do Termo de Referência, estarão incluídos nos preços todos os custos, despesas trabalhistas, tributos, taxas, inclusive pedágios, emolumentos e demais encargos incidentes ou que venham a incidir sobre os transportes, **exceto seguro, conforme itens 4.10, 5.3 e 5.4**. O seguro, correspondente a 0,30% do valor do material transportado, será acrescido ao valor proposto pela futura contratada para a faixa de distância correspondente.

Item 02 - Transporte de mobiliário - Serviço de transporte de bens móveis em logística direta e reversa, com valor do frete definido por m3 (metros cúbicos) por faixa de distância, com prazo de entrega em 8 (oito) dias úteis.		(F) Preço por metro cúbico (R\$/m³)	(G) Quantidade estimada por faixa de distância - ano não eleitoral - (m³)	(H) = F x G Preço estimado para ano não eleitoral ²	(I) Quantidade estimada por faixa de distância - ano eleitoral - (m³)	(J) = F x I Preço estimado para ano eleitoral ²
Faixa 01	0 a 150 km		112,94	-	169,42	-
Faixa 02	151 a 300 km		150,59	-	225,89	-
Faixa 03	301 a 450 km		188,24	-	282,36	-
Faixa 04	451 a 600 km		155,30	-	232,95	-
Faixa 05	601 a 750 km		136,47	-	204,71	-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Faixa 06	acima de 751 km		103,53	-	155,30	-
² conforme estabelece o tópico 5 do Termo de Referência, estarão incluídos nos preços todos os custos, despesas trabalhistas, tributos, taxas, inclusive pedágios, emolumentos e demais encargos incidentes ou que venham a incidir sobre os transportes, exceto seguro, conforme itens 4.10, 5.3 e 5.4 . O seguro, correspondente a 0,30% do valor do material transportado, será acrescido ao valor proposto pela futura contratada para a faixa de distância correspondente.						

VALOR TOTAL ESTIMADO

Item 01	Ano não eleitoral (K) = $\Sigma(C)$	Seguro estimado (L)	Total ano não eleitoral (M) = K + L	Ano eleitoral (N) = $\Sigma(E)$	Seguro estimado (O)	Total ano eleitoral (P) = N + O
	-	4.776,43	-	-	30.836,58	-
Total para o item 01 → M + P =						-
Item 02	Ano não eleitoral (Q) = $\Sigma(H)$	Seguro estimado (R)	Total ano não eleitoral (S) = Q + R	Ano eleitoral (T) = $\Sigma(J)$	Seguro estimado (U)	Total ano eleitoral (V) = T + U
	-	879,66	-	-	1.319,49	-
Total para o item 02 → S + V =						-
	Total ano não eleitoral (M + S)	Total ano eleitoral (P + V)	TOTAL PROPOSTO			
Totais por ano, inclusive seguro	-	-	=			

Obs.: VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (Sessenta) dias (Art. 64, § 3º, da Lei 8.666/93).

1. O valor total para a prestação do serviço deverá considerar os 24 meses da vigência contratual, conforme especificado no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

Salvador, _____ de _____ de 201X.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 42/2019

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO
DE MATERIAIS ENTRE AS UNIDADES DA
JUSTIÇA ELEITORAL DA BAHIA, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DA BAHIA, E A EMPRESA

.....

CONTRATO N.º 00/201X

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, com sede na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, Salvador - BA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.967.350/0001-45, doravante denominado **Contratante**, neste ato representado por seu Diretor-Geral,, no uso da competência que lhe é atribuída pelo Regulamento Interno da Secretaria do TRE-BA, e a empresa **XXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **XXXXXXXXXXXX**, com sede na Rua **XXXXXXXXXXXX**, CEP: **XXXXXXXXXXXX**, telefone n.º (XX) **XXXXXXXXXXXX**, e-mail **XXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **Contratada**, representada neste ato pelo Sr. **XXXXXXXXXXXX**, portador da Carteira de Identidade n.º **XXXXXXXXXXXX**, inscrito no CPF/MF sob n.º **XXXXXXXXXXXX**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE MATERIAIS ENTRE AS UNIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL DA BAHIA**, albergado na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, resultante do **Pregão n.º 42/2019**, consoante Processo Administrativo Digital (PAD) n.º 3602/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O objeto do presente contrato é a prestação de serviço de transporte rodoviário de materiais entre as Unidades da Justiça Eleitoral da Bahia, conforme as condições estabelecidas no edital de Pregão n.º 42/2019 e na proposta firmada pela Contratada, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DO REAJUSTE CONTRATUAL

INSERIR TABELA COM ITENS CORRESPONDENTES

1. O valor total do presente contrato é de R\$ XXX,00 (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)
2. O valor acima referido inclui todos os custos diretos e indiretos, bem como deveres, obrigações e encargos de qualquer natureza, não sendo devido à Contratada qualquer outro pagamento resultante da execução deste ajuste.

REAJUSTE

3. Os preços pactuados serão reajustados, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data de apresentação da proposta, aplicando-se a variação do IPCA, calculado e divulgado pelo IBGE.
4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação em vigor, à época.
5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento dos preços.
6. Caso os preços contratados, após o cálculo referente ao reajuste citado no item anterior, venham a ser superiores aos praticados no mercado, as partes deverão rever os preços para adequá-los às condições existentes no início do contrato firmado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. A despesa correrá à conta do elemento xxxx.“xxxxxxxxx”, vinculado à Ação xxxxxxxx–“xxxxxxxxx”, do Programa “Gestão do Processo Eleitoral”.
2. Para a cobertura das despesas, foi emitida a Nota de Empenho n.º 20XXNEXXXX, em xx de xxxxxxxxxx de 201X.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO E DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. A execução do serviço será efetuada em conformidade com o disposto no Termo de Referência, Anexo I, do Edital, que passa a integrar este instrumento contratual.
2. No prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da via do contrato assinado, a Contratada prestará garantia em percentual equivalente a 5% sobre o valor total contratado, podendo optar por qualquer das modalidades previstas no artigo 56 da Lei n.º 8.666/93.
3. A garantia em dinheiro deverá ser recolhida pela Contratada, junto à Secretaria de Orçamento,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Finanças e Contabilidade do TRE-BA, em conta específica.

4. Em se tratando de seguro-garantia ou fiança bancária, a Contratada deverá encaminhá-la, mediante Protocolo, à Seção de Contratos do TRE-BA.
5. A garantia prestada pela Contratada responderá pelas multas que lhe venham a ser aplicadas, bem como pelo pagamento de qualquer obrigação, inclusive as de ordem trabalhista e previdenciária, e de indenização por danos causados à Contratante ou a terceiros.
6. Não será aceita garantia que vede a possibilidade inserta na condição anterior.
7. A instituição garantidora atenderá ao disposto no **item 5**, devendo constar expressamente do documento de garantia que a cobertura abrange o pagamento de débitos trabalhistas e previdenciários.
8. A garantia contratual terá vigência da data de sua apresentação até 03 (três) meses após expirado o contrato.
9. No caso de a garantia ser prestada através de fiança bancária ou de seguro-garantia, a Contratada deverá renová-la na hipótese de ocorrer prorrogação do contrato, no mesmo prazo e percentual estabelecidos nesta **Cláusula**.
10. Em se tratando de fiança bancária, do título deverá constar expressamente que a instituição garantidora renuncia ao direito previsto no artigo 827 do Código Civil ou, alternativamente, que se obriga como devedor principal.
11. Ocorrendo acréscimos ou reajustes contratuais ou se a garantia for utilizada nas situações referidas no **item 5**, o seu valor deverá ser adequado em igual proporção no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento, pela Contratada, da via do termo aditivo/apostilamento assinado ou da notificação da fiscalização do contrato, nos demais casos.
12. A garantia somente poderá ser liberada ou restituída após a regular execução do contrato e, quando em dinheiro, deve ser atualizada monetariamente.
13. O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação da garantia autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à contratada, até o limite de **5%** do valor total do contrato, a título de garantia, a serem depositados em conta específica.
14. A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no **item 13** por quaisquer das modalidades de garantia previstas na Lei 8.666/9.
15. O bloqueio efetuado com base no item **13** não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada.
16. O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou de apólice de seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.
17. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a Fiscalização do Contrato deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente às comunicações de solicitação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

de defesa à Contratada bem como as decisões finais de 1ª e última instâncias administrativas.

18. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. A Contratante obriga-se a:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes dos instrumentos convocatório e contratual;
- d) zelar para que, durante a vigência do Contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- e) determinar a reparação, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente contrato, no Termo de Referência e na legislação vigente:

- a) executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste contrato, assim como com as características descritas na proposta;
- b) atender às solicitações do Contratante nos prazos estabelecidos neste instrumento;
- c) responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato;
- d) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução deste Contrato;
- e) manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;
- f) não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, salvo se houver autorização no Termo de Referência;
- g) abster-se de contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do Contratante, ativo ou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, bem como de membros ou juízes vinculados ao TRE-BA, durante a vigência do contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado na forma e no prazo estabelecidos no Termo de Referência, anexo deste Contrato.
2. Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a Fazenda Municipal (Certidão de Quitação de Tributos Municipais ou Certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente).
3. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.
4. Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, a Contratante poderá deduzir os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações, devidos pela Contratada, do montante a ser-lhe pago.
5. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência do Contrato será de 24 meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite legal.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

1. De acordo com o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará IMPEDIDA DE LICITAR E DE CONTRATAR com a União e será descredenciada do SICAF e dos sistemas de cadastramento de fornecedores do TRE-BA, PELO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) ANOS, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

licitante que:

- a) não mantiver a proposta, injustificadamente;
- b) comportar-se de modo inidôneo;
- c) fizer declaração falsa;
- d) cometer fraude fiscal;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) não encaminhar documentação exigida no certame ou entregar documentação falsa;
- g) não executar o objeto licitado;
- h) retardar a execução do objeto licitado;
- i) executar objeto que não atenda à especificação exigida no edital.

2. Para os fins da alínea “b”, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

4. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido no art. 87, § 2º da Lei 8.666/93, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a Portaria nº 305/2019, da Presidência do TRE-BA.

5. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a Contratada estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência, Anexo deste Contrato.

6. O Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no artigo 26, § 1º, da Portaria nº 305/2019, da Presidência do TRE/BA.

7. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à licitante vencedora ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

8. Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, observado o disposto nos **itens 6 e 7, desta Cláusula** a Contratada será intimada para efetuar o recolhimento do seu valor por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, no prazo de 30 dias, contados da intimação.

9. As situações mencionadas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93 podem ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.

10. Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos no art.109 da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades aqui estabelecidas.

2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

1. O presente contrato será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, conforme prescreve o art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1. O presente Contrato é celebrado com fulcro nas normas insertas na Lei 8.666/93 e suas alterações, tendo por base as condições estabelecidas no Pregão nº 42/2019 e os termos da proposta apresentada pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Salvador, capital do Estado da Bahia, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador, xx de xxxxxxxx de 201X.

Diretor-Geral do TRE-BA

CONTRATADA